

Glossário de Grupos de Resistência

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE PETRÓPOLIS

1. Ala Vermelha

A Ala Vermelha surgiu em 1967 como uma dissidência do PC do B, a partir de um grupo de dirigentes e militantes relacionado às Ligas Camponesas e ao movimento estudantil. Seus principais militantes vinham do meio universitário de São Paulo e Brasília.

Afastou-se do esquema maoísta tradicional ao defender a necessidade de partir do Foco Guerrilheiro como embrião estratégico para o futuro Exército Popular. Dedicou-se principalmente à guerrilha urbana em São Paulo, através de “Unidades de Combate” e “Grupos Especiais”. Possuía dois veículos de imprensa: o “Luta Proletária” e o “Unidade Operária”.

(Ver **PC do B, Ligas Camponesas**)

Fonte:

Arquidiocese de São Paulo. **Projeto Brasil Nunca Mais**: Perfil dos Atingidos, Tomo III. Petrópolis: Vozes, 1988.

2. ALN – Ação Libertadora Nacional

Foi criada entre 1967 e 1968 por Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira e Virgílio Gomes da Silva a partir de uma cisão dentro do PCB. Os fundadores da ALN acreditavam que a política do PCB já não funcionava para o atual contexto do Brasil, sendo necessária uma postura revolucionária a partir da luta armada e propunha um deslocamento das preocupações do partido para a área rural. Em 1968 é lançado o jornal oficial da ALN “O Guerrilheiro”. Em junho de 1969 Marighella escreve o “Minimanual do Guerrilheiro Urbano”, que norteará as ações do grupo. Em 1969, juntamente com o MR-8, realiza o seqüestro do embaixador americano, conseguindo, assim, a libertação de 15 presos políticos. Em 1970 realiza o seqüestro do embaixador alemão, libertando novamente 44 presos. Era composta pelas seguintes estruturas: Grupo Tático Armado, Frente de Massas, Grupo de Trabalho Estratégico e uma Frente Logística. Possuía relações com o MR-8, PCBR e VPR. Os remanescentes da ALN formaram o grupo denominado Tendência Leninista.

Seu principal líder, Carlos Marighella, foi morto dia 4 de Novembro de 1969, em São Paulo, em uma emboscada comandada por Sérgio Fleury.

(Ver **Marighella, PCB, MR-8, PCBR, TL e VPR**)

Fontes:

Arquidiocese de São Paulo. **Projeto Brasil Nunca Mais**: Perfil dos Atingidos, Tomo III. Petrópolis: Vozes, 1988.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

3. AP – Ação Popular

Surgiu em 1962 durante um congresso promovido pela JUC em Belo Horizonte. Era um movimento político de orientação de esquerda, cuja figura central era Herbert José de Souza. Tinha como base a área estudantil, ligando-se em vários momentos com a UNE. Atuou também junto ao meio camponês através do MEB. Realizou seu primeiro congresso independente em 1963 na Bahia. Propunha uma transformação radical da estrutura brasileira em sua passagem do capitalismo para o socialismo. Em 1965, já perseguida pela ditadura, a AP aprova uma “Resolução Política”, onde fica claro o direcionamento marxista e a defesa da luta armada. Entre 1966 e 1967 recebe uma forte influência do maoísmo, tornando-se essa a principal orientação política a partir de então. O grupo que se opõe a essa nova diretriz passa a formar o PRT. Em 1968 lança o jornal “Libertação”, que por muitos anos seria seu órgão oficial. A partir de 1971 um parte da AP passa a se chamar Ação Popular Marxista Leninista, que mais tarde irá se incorporar ao PC do B. Paulo Stuart Wright e Honestino Guimarães, líderes da AP, foram torturados e executados.

(Ver **AMPL, JUC, MEB, UNE, PC do B e PRT**)

Fontes:

Arquidiocese de São Paulo. **Projeto Brasil Nunca Mais**: Perfil dos Atingidos, Tomo III. Petrópolis: Vozes, 1988.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

4. **AMPL – Ação Popular Marxista Leninista**

A AMPL surge de uma cisão dentro da Ação Popular. A III RADN (Reuniões Ampliadas da Direção Nacional) da AP, em 1971, aprovou documentos que deixavam clara a tendência de unificação com o PC do B, e modificava o nome de Ação Popular para Ação Popular Marxista Leninista, que incorporaria os quadros da AP ligados à linha maoísta. Aproximava-se com as táticas do PC do B, marcadas pela luta ampla de massa contra a ditadura militar e no ideal de uma Guerra Popular Prolongada. Mais tarde a AMPL acabou incorporando-se ao PC do B.

(Ver **AP e PC do B**)

Fontes:

Arquidiocese de São Paulo. **Projeto Brasil Nunca Mais**: Perfil dos Atingidos, Tomo III. Petrópolis: Vozes, 1988.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

5. **COLINA – Comando de Libertação Nacional**

O COLINA surgiu no final de 1967 e durou apenas até junho de 1969, quando parte do grupo se fundiu com a VPR e outra parte deu origem a VAR-Palmares. O grupo resultou de uma cisão dentro da POLOP, tendo sua área de atuação ligada principalmente a Minas Gerais. Propunham a defesa de uma bandeira democrática, como a luta por uma Assembléia Constituinte e pela libertação nacional. Era formada principalmente por jovens estudantes universitários

No início de 1968 é lançada sua revista de divulgação: “América Latina”. No plano estratégico possuía influências guevaristas. Era composta por um Setor Militar, uma Coordenação Operária e uma Coordenação Estudantil. Durante um tempo chegou a atuar com o nome de OPM (Organização Político-Militar). Possuía como integrantes

nomes como Juarez de Brito, Carlos Alberto Soares de Freitas e o ex-sargento João Lucas Alves.

(Ver **POLOP, VAR-Palmares e VPR**)

Fonte:

Arquidiocese de São Paulo. **Projeto Brasil Nunca Mais: Perfil dos Atingidos**, Tomo III. Petrópolis: Vozes, 1988.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

6. **DVP (Grupo Unidade) - Dissidência da Var-Palmares**

O DVP surgiu em 1970, um momento de crise dentro da organização do Var-Palmares, a partir da cisão de vários grupos que discordavam com a linha seguida pela direção. A partir de 1971 passará a se chamar “Grupo Unidade”. Concentrava militantes principalmente do Rio de Janeiro e Minas Gerais, que defendiam, além da luta armada, a penetração entre setores operários. A divulgação de suas ideias, principalmente para o meio operário, dava-se através do jornal “Unidade”.

Possuía quatro eixos básicos de preocupação: necessidade de desenvolver estudos científicos sobre os rumos do processo político brasileiro, a luta pela unidade dos revolucionários, a constituição de uma alternativa imediata de organização e a construção de um partido político do proletário.

(Ver **Var-Palmares**)

Fonte:

Arquidiocese de São Paulo. **Projeto Brasil Nunca Mais: Perfil dos Atingidos**, Tomo III. Petrópolis: Vozes, 1988.

7. **FALN - Força Armada de Libertação Nacional**

A FALN foi um grupo clandestino articulado em 1967, a partir de uma cisão do Comitê Municipal do PCB na cidade de Ribeirão Preto. Devido à forte repressão conseguiu sobreviver apenas até 1969. É considerado o único grupo clandestino que não se formou a partir de alguma capital.

No início sua atuação voltava-se principalmente para o meio estudantil, porém, a partir de 1968, tem sua atenção direcionada para o meio camponês da região. Propunha uma linha de atuação baseada nas ideias de Régis Debray: um foco guerrilheiro como embrião de um exército popular a ser articulado no campo. Seu jornal de divulgação chamava-se “O Berro”, criado na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto.

(Ver **PCB**)

Fonte:

Arquidiocese de São Paulo. **Projeto Brasil Nunca Mais: Perfil dos Atingidos**, Tomo III. Petrópolis: Vozes, 1988.

8. **FBT - Fração Bolchevique Trotskista**

O FBT é um reflexo da disputa ideológica entre Lênin e Trotsky: unidade versus liberdade de fração no interior do partido. Surge em 1967, no Rio Grande do Sul, como uma fração dentro do PORT, sendo posteriormente expulso do partido. Em 1970 é

realizada a 1ª Conferência Nacional do FBT. Em 1976 uma parte fundiu-se com o Grupo Primeiro de Maio, de São Paulo, dando origem ao OSI (Organização Socialista Internacionalista). Outro grupo formou a Liga Operária, que deu origem ao PST.

Condenava as ações de guerrilha urbana, mas defendia uma estratégia insurrecional para a revolução no Brasil, criticava a burocracia soviética e defendia o Programa de Transição elaborado por Trotsky em 1938.

(Ver **Liga Operária, OSI, PORT e PST**)

Fonte:

Arquidiocese de São Paulo. **Projeto Brasil Nunca Mais**: Perfil dos Atingidos, Tomo III. Petrópolis: Vozes, 1988.

9. FAP - Frente Armada Popular

A FAP foi idealizada e coordenada por um engenheiro grego chamado Konstantin Synodinos, no ano de 1967, e propagava uma filosofia conhecida como “normalismo”, segundo a qual 99% dos indivíduos tinha uma estrutura mental e psíquica anormal.

O grupo não chegou a atuar de fato, existindo apenas no âmbito de reuniões onde planejavam o contato com lideranças camponesas de Goiás e uma possível apreensão de armas que teriam pertencido ao PC. Realizaram também a confecção de panfletos, que teriam o objetivo de conscientizar o mundo sobre o “inimigo principal”. Condenavam o comunismo e pregavam algumas ideias próximas ao nazismo.

Fonte:

Arquidiocese de São Paulo. **Projeto Brasil Nunca Mais**: Perfil dos Atingidos, Tomo III. Petrópolis: Vozes, 1988.

10. FLN - Frente de Libertação Nacional (1961)

O FLN consistia em um movimento político iniciado em 1961 pelos políticos de ideologia nacionalista Mauro Borges, governador de Goiás, e Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul. Seus integrantes já haviam lutado pela posse de João Goulart nesse mesmo ano. Desarticulou-se após as eleições legislativas de 1962, em virtude de divergências políticas de seus membros, sobrevivendo apenas no Rio de Janeiro.

Estava empenhado na defesa das liberdades democráticas, na luta independência política e econômica do país, na nacionalização das companhias estrangeiras, na regulamentação da Lei de Remessa de Lucros e na Reforma Agrária. Condenava a influência externa na política brasileira, fosse dos Estados Unidos ou da União Soviética. Depois de sua criação integram-se à FLN Miguel Arrais, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, Bento Gonçalves Filho, o Coronel Oscar Gonçalves Bastos e Aldo Arantes, presidente da UNE.

(Ver **Brizola, UNE**)

Fonte:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

11. FLN - Frente de Libertação Nacional (1969)

Grupo estruturado em 1969, no Rio de Janeiro, pelo major cassado do Exército Joaquim Pires Cerveira. Seu líder possuía um histórico de lutas e envolvimento em

causas nacionalistas desde a década de 1950, tendo sido candidato a deputado pelo PTB em 1959.

A FLN possuía uma proposta de preparação para a luta armada a partir de ações urbanas que obteriam recursos para uma posterior infra-estrutura no meio rural, chegando a instalar uma estrutura de área estratégica no interior do Estado do Rio de Janeiro. Possuía ligações com a VPR e ALN. Junto com a ALN realizou um assalto a uma firma de engenharia para a obtenção de recursos. Cerveira foi preso e posteriormente dado como desaparecido político.

(Ver **ALN, PTB, VPR**)

Fonte:

Arquidiocese de São Paulo. **Projeto Brasil Nunca Mais**: Perfil dos Atingidos, Tomo III. Petrópolis: Vozes, 1988.

12. FLNe - Frente de Libertação do Nordeste

A FLNe começou a se estruturar em 1971, em Pernambuco e no Ceará, reunindo membros dissidentes da ALN e da VAR. José Salles de Oliveira, ex-membro da ALN, articulou com um ex-militante da VAR, formando assim um novo grupo, que, no entanto, não se desligaria totalmente da ALN. A liderança também seria formada pelo militante da ALN Arnaldo Cardoso Rocha.

O grupo não possuía uma linha política definida. Com a colaboração da ALN, assaltou a Coletoria de Bocodó, no sertão de Pernambuco e chegou a elaborar um plano de uma área de guerrilha rural na Chapada do Araripe. No início de 1972 a FLNe começou a ser desarticulada devido a prisão de José Salles de Oliveira e outros membros.

(Ver **ALN, VAR**)

Fonte:

Arquidiocese de São Paulo. **Projeto Brasil Nunca Mais**: Perfil dos Atingidos, Tomo III. Petrópolis: Vozes, 1988.

13. FPM - Frente de Mobilização Popular

A Frente de Mobilização Popular foi organizada em 1962, por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, após a desintegração da FLN. Reivindicava a implantação das reformas de base (agrária, urbana, tributária, bancária e constitucional) pelo Presidente João Goulart.

Um expressivo número de organizações sindicais, estudantis, femininas, camponesas e de alguns integrantes do Congresso Nacional e do PCB aderiu às ideias do grupo liderado por Brizola. Vários manifestos para a divulgação de ideias foram elaborados pela FMP. Esses manifestos apoiaram a rebelião dos sargentos em Brasília em 1963 e o pedido de indicação de Brizola para Ministro da Fazenda. Com do golpe de 1964 a FMP foi fechada e seus integrantes tiveram seus direitos políticos cassados.

(Ver **Brizola, FLN, PCB**)

Fonte:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

14. Grupo dos Onze

Articulado em 1963 pelo então deputado federal Leonel Brizola a partir de um documento que propunha a constituição em todo Brasil de “Comandos Nacionalistas” ou “Grupos de Onze Companheiros”. Esse documento trazia três objetivos principais a serem conquistados: defesa das conquistas democráticas do povo brasileiro, reformas imediatas e libertação nacional. Situava-se ideologicamente à esquerda do Presidente João Goulart e do próprio PCB. AS ideias de Brizola eram divulgadas principalmente pela Rádio Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro.

Após a divulgação desse documento diversos grupos ligados a ideia do “Grupo dos Onze” foram formados, principalmente na região Sul e Sudeste. O recrutamento para os grupos também era feito em cooperação com a FMP, a UNE e o CGT. Grupo dos Onze era formado por 11 pessoas, uma das quais o comandava. Onze grupos compunham uma unidade-distrito, 22 distritos constituíam uma província e 11 províncias integravam uma região. A partir de 1964 todos eles foram duramente perseguidos pela Ditadura.

(Ver **Brizola, CGT, FMP, PCB, UNE**)

Fontes:

Arquidiocese de São Paulo. **Projeto Brasil Nunca Mais**: Perfil dos Atingidos, Tomo III. Petrópolis: Vozes, 1988.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

15. JOC - Juventude Operária Católica

A JOC é uma associação civil católica reconhecida pela Igreja em 1948, sendo na época um setor da Associação Católica Brasileira (ACB), que procurava divulgar a doutrina católica no meio operário. Após a morte de seu organizador, o cardeal Sebastião Leme da Silveira Cintra em 1942, a JOC brasileira liga-se à JOC internacional, adotando o método “ver, julgar e agir”, que consistia em analisar a realidade de acordo com a doutrina da Igreja Católica.

Na verdade a JOC articulou-se no meio operário de maneira mais intensa a partir da década de 1960 em uma tentativa de impedir o crescimento da influência comunista entre os trabalhadores. Em 1961 é realizado no Brasil o II Congresso Mundial da JOC. No mesmo ano foi eleito para a presidência da JOC internacional o brasileiro Bartolo Peres. Em 1968, vários elementos da Igreja foram perseguidos por seu apoio às manifestações operárias e estudantis de repúdio ao regime militar.

Fonte:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

16. JUC- Juventude Universitária Católica

A JUC surgiu em 1950 como um setor da ACB. É considerada uma associação civil católica cujo objetivo é divulgar a doutrina católica no meio universitário. A partir de 1958, principalmente com articulações da JUC de Minas Gerais e Recife, o movimento passou a se engajar politicamente, envolvendo-se com tendências questionadoras da realidade social e política do País. Esse fato provocou forte crítica dos setores mais conservadores da Igreja, que exigiram a retirada dos militantes das mobilizações políticas. No início de 1961 a JUC participou de um seminário organizado UNE em Salvador. Nesse mesmo ano, o jucista Aldo Arantes foi eleito presidente da UNE. Em 1966 dissocia-se da hierarquia eclesiástica, desaparecendo em 1968.

Em 1962 durante um congresso promovido pela JUC em Belo Horizonte, um grupo de dissidentes formará a Ação Popular.

(Ver **AP**)

Fonte:

http://www.pucsp.br/cedic/colecoes/colecoes_audiovisuais_sonoras/juventude_universitaria.html

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

17. M3G - Marx, Mao Marighella e Guevara

O M3G foi criado em Porto Alegre por Edmur Péricles Camargo e existiu apenas durante um ano, de abril de 1969 a março de 1970. Era um grupo armado autônomo, com poucos integrantes, além de possuir uma estrutura política inconsistente. Em abril de 1970 Edmur e praticamente todo o grupo foi preso. Em 1971 seu nome constava como um dos 70 presos levados ao Chile, em decorrência da libertação do Embaixador Suíço. Até hoje existem controvérsias sobre o paradeiro de Edmur, algumas fontes dizem que ele teria morrido no Chile, outras que ele era um agente duplo.

Algumas ações armadas foram realizadas em cooperação com a VAR-Palmares e outros grupos armados do Rio Grande do Sul. Executou também alguns assaltos de pouca expressão.

(Ver **Var-Palmares**)

Fontes:

Arquidiocese de São Paulo. **Projeto Brasil Nunca Mais**: Perfil dos Atingidos, Tomo III. Petrópolis: Vozes, 1988.

18. MAR- Movimento de Ação Revolucionária

O MAR foi criado no início de 1969 no Rio de Janeiro. Seus fundadores eram militares cassados em 1964, principalmente marinheiros, que articularam o grupo durante a prisão entre 1964 e 1968. Além dos militares faziam parte do grupo alguns estudantes e profissionais intelectuais. Suas atividades concentraram-se em guerrilhas urbanas realizadas no primeiro semestre daquele ano. Em agosto os órgãos de segurança conseguiram desarticular o grupo e parte dos integrantes migrou então para o PCBR.

A linha ideológica do MAR não era muito clara, sabe-se apenas que compartilhavam da ideia de “nacionalismo revolucionário” de Brizola. Sua liderança concentrou-se na figura do jornalista Flávio Tavares.

(Ver **Brizola, PCBR**)

Fonte:

Arquidiocese de São Paulo. **Projeto Brasil Nunca Mais**: Perfil dos Atingidos, Tomo III. Petrópolis: Vozes, 1988.

19. MCR - Movimento Comunista Revolucionário

O MCR surgiu em 1970 a partir de uma dissidência do Partido Operário Comunista (POC) no Rio Grande do Sul. A organização teve pouco tempo de existência, atuando até dezembro do mesmo ano.

Os militantes que compuseram o grupo eram oriundos do “Setor Especial” do POC que havia sido expulso por defender o uso da guerrilha urbana. Suas ações mais conhecidas foram realizadas em conjunto com a VPR, sendo a maior operação delas o assalto simultâneo a uma agência bancária e um estabelecimento hospitalar, em Porto Alegre.

No período em que esteve estruturado o MCR realizou sete grandes operações armadas, além de panfletagens e da propaganda revolucionária.

(Ver **VPR**)

Fonte:

Arquidiocese de São Paulo. **Projeto Brasil Nunca Mais**: Perfil dos Atingidos, Tomo III. Petrópolis: Vozes, 1988.

20. Movimento de Educação de Base – MEB

O MEB foi um programa nacional que difundiu escolas radiofônicas no Brasil. Criado pelo Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961, o Programa nasceu da experiência com escolas radiofônicas, lançada pelo bispo Eugênio Sales em Natal em 1958 e, posteriormente, mobilizado por Jânio Quadros, quando presidente da República.

Intermediado por emissoras católicas, através de convênios com o Ministério da Educação e Cultura e outros órgãos da administração federal, o MEB funcionava por um sistema com aulas executadas através de emissoras de dioceses locais e complementadas com classes presenciais. Essas aulas eram administradas por monitores voluntários treinados pelo projeto para corrigir os exercícios, incentivar o estudo e estimular discussões sobre os assuntos das aulas transmitidas pelo rádio.

O MEB funcionava em nível nacional a partir da direção de bispos e arcebispos (entre eles Eugênio Sales, José Vicente Távora, José Maria Pires e Avelar Brandão) e, em nível local, com a atuação de setores da Ação Católica. Entre eles estavam estudantes universitários e secundaristas que recorriam à “educação de base” como recurso de mobilização sociocultural e política das classes populares. Portanto, além da alfabetização, o MEB também era um instrumento da esquerda católica que visava a mobilização das classes populares através da “conscientização” política.

Após 1964, ocorreu uma retração do MEB para algumas dioceses do Nordeste, Norte e Centro-Oeste e, posteriormente, em 1971, o MEB passou a atuar em convênio com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral).

Fonte:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-de-educacao-de-base-meb>

21. Movimento de Emancipação do Proletariado – MEP

O MEP foi uma organização política revolucionária criada em 1971 a partir do trabalho político desenvolvido por um pequeno grupo de militantes da Fração da Política Operária (PO) e do Partido Operário Comunista (POC). O MEP surgiu num contexto de

enfraquecimento e desmantelamento das organizações de esquerda por causa das perseguições políticas.

Atuava principalmente em movimentos de massas através da mobilização da oposição sindical. Isso fez com que, posteriormente, o grupo tivesse papel ideológico relevante na formação do PT como um partido legal representante das massas.

Na época o MEP criticava a nova esquerda e relação ao que chamavam de “doutrinarismo”, “vanguardismo” e “democratismo” dos grupos de esquerda que abraçavam a bandeira da luta pelas liberdades democráticas como forma que combater a ditadura.

O grupo publicou alguns periódicos, entre eles: *Nova Luta*; a revista *Teoria e Prática*; e o jornal *Companheiro*.

Fonte:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

22. Movimento Estudantil Libertário - MEL

Movimento criado em 1967 por um grupo de estudantes anarquistas gaúchos que pretendia criar uma organização estudantil de matriz libertária. O grupo se uniu a outros estudantes do Rio de Janeiro e de São Paulo, chegando a realizar um Encontro Nacional de Estudantes Libertários.

Sua atuação política girava, principalmente, em torno de atos, conferências, venda de folhetos ideológicos e da publicação do jornal *Protesto*.

Os textos críticos à ditadura divulgados no jornal *Protesto* chamaram a atenção da ditadura, fazendo com que o grupo fosse perseguido e tivesse 18 integrantes presos e absolvidos apenas em 1972. Alguns deles foram torturados e a maior parte foi processada pelo aparato repressivo.

Fonte:

SILVA, Rafael Viana da. O Movimento Estudantil Libertário (MEL) e o regime militar brasileiro (1964-1969). **Boletim do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa**. Ano XI. Nº 31. Junho de 2015. Disponível em: https://marquesdacosta.files.wordpress.com/2015/11/emece_31.pdf

23. Movimento Nacionalista Revolucionário – MNR

O MNR foi um grupo formado especialmente por militares cassados pela ditadura que eram adeptos do *brizolismo*. O grupo foi desmantelado ainda em fase embrionária, em abril de 1967.

Formado principalmente por ex-militares perseguidos, os militantes desse grupo foram responsáveis por estabelecer a primeira guerrilha contra a ditadura. Esse foco guerrilheiro foi organizado na serra do Caparaó, divisa do Espírito Santo com Minas Gerais, em novembro de 1966.

A Guerrilha do Caparaó foi inspirada na experiência cubana de “guerra de guerrilhas”, portanto almejava ser um dos focos de guerrilha que esperavam eclodir em todo o país para derrubar a ditadura militar. Contudo, essa experiência na serra do Caparaó durou pouco tempo já que as más condições de sobrevivência fizeram com que os guerrilheiros

sofressem com doenças e com a falta de alimentos. Esses problemas enfraqueceram o MNR, fazendo com que sofressem uma série de deserções em março de 1967.

Parte dos militantes que saíram do grupo se uniu a dissidentes da Política Operária (POLOP) e fundaram a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), em 1968. Entretanto, o desmantelamento do MNR ocorreu apenas em abril de 1967, quando a polícia encontrou o acampamento do grupo e realizou a prisão do restante de seus integrantes.

(Ver **VPR e Polop**)

Fontes:

Arquidiocese de São Paulo. Repressão Contra Tudo e Contra Todos: as organizações vinculadas ao “Nacionalismo Revolucionário”. **Projeto Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1986. P. 110.

SALES, Jean Rodrigues. Guerrilheiros de Primeira Viagem. **Revista de História da Biblioteca Nacional** (site). 1/3/2013. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/guerrilheiros-na-primeira-viagem>

24. Movimento de Libertação Nacional – MOLIPO

O MOLIPO foi uma organização revolucionária guerrilheira formada em 1971 por estudantes universitários de São Paulo. Ele foi uma das dissidências da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Perseguido na década de 1970, o MOLIPO foi extinto após o assassinato da maior parte dos seus membros pelas forças de repressão. Entre os líderes estudantis que integraram o grupo, estavam: Antônio Benetazzo, José Roberto Arantes de Almeida e Jeová Assis Gomes.

(Ver **ALN**)

Fonte:

Arquidiocese de São Paulo. **Projeto Brasil Nunca Mais**: Perfil dos Atingidos, Tomo III. Petrópolis: Vozes, 1988. P. 34-35.

25. Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR 8

Em homenagem à data de morte de Ernesto “Che” Guevara, dois grupos revolucionários adotaram o nome *Movimento Revolucionário 8 de Outubro* (MR-8). O primeiro MR-8 foi formado por dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no estado do Rio de Janeiro e foi praticamente dizimado pelos órgãos de repressão em agosto de 1969. Posteriormente, no mesmo ano, antigos membros do PCB que integravam a chamada Dissidência da Guanabara decidiram adotar o mesmo nome com a intenção de demonstrar que o grupo continuava atuante.

A Dissidência da Guanabara era uma organização armada conhecida principalmente pelo sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick em 1969. Essa ação foi realizada por eles junto com a Aliança de Libertação Nacional (ALN) em prol da libertação de 15 presos políticos. Foi nessa ocasião que a Dissidência da Guanabara decidiu adotar o nome de Movimento Revolucionário 8 de Outubro.

Em virtude das suas ações armadas, o MR8 foi um grupo muito visado pela repressão, tendo boa parte dos seus quadros presa ou exilada da década de 1970. Em virtude dessas perdas, o grupo se fragmentou, dando origem ao MR-8 Construção Partidária (CP).

Uma das maiores lideranças da luta armada na época, Carlos Lamarca, chegou a ingressar no MR-8, sendo morto em setembro de 1971. Após esse episódio o grupo realizou uma autocrítica em relação à luta armada e passou a integrar a frente popular de defesa da redemocratização do país.

As principais fontes de circulação das ideias do MR-8 foram a revista *Brasil Socialista* e o jornal *Unidade Proletária*, depois substituído por *A Hora do Povo*.

(Ver **PCB** e **ALN**)

Fonte:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

Arquidiocese de São Paulo. **Projeto Brasil Nunca Mais**: Perfil dos Atingidos, Tomo III. Petrópolis: Vozes, 1988. P. 96-97.

26. Movimento Revolucionário 21 de Abril – MR 21

O MR-21 foi uma organização de esquerda que surgiu em 1966 na cidade de Uberlândia, interior de Minas Gerais. O Movimento Revolucionário 21 de Abril foi um dos grupos vinculados ao *projeto nacional revolucionário*. O nacionalismo revolucionário era uma corrente nacionalista de esquerda que não era tributária do marxismo.

O MR-21 não chegou a realizar nenhuma ação armada já que o grupo foi desmantelado no ano posterior à sua criação, quando ainda estava realizando treinamentos para consolidar um movimento guerrilheiro no Triângulo Mineiro. O grupo foi desfeito entre julho e agosto de 1967, quando 22 membros da organização foram presos pelos órgãos da repressão.

Apoiados por militantes do PC do B e influenciados pelas ideias de Leonel Brizola, o MR-21 teve como principal articulador Flávio Tavares, jornalista do periódico *Última Hora*. Entre os integrantes do grupo, estavam: o dentista Guaracy Raniero, que era um dos dirigentes; Irto Marques dos Santos; Elias Parreira Barbosa; Romário Ribeiro Júnior; Edmode Souza; e Antônio Jerônimo de Freitas.

Após o desmantelamento do MR-21, Flávio Tavares articulou a fundação de outra organização de esquerda, O Movimento de Ação Revolucionária (MAR), em 1969.

(Ver **MAR**)

Fonte:

COELHO, M. J. H.; ROTTA, V. (Org.). "A resistência no Triângulo". **Caravanas da Anistia: o Brasil pede perdão**. Brasília: Ministério da Justiça: Comunicação, Estudos e Consultoria, 2012, p. 140.

Arquidiocese de São Paulo. *Repressão Contra Tudo e Contra Todos: as organizações vinculadas ao "Nacionalismo Revolucionário"*. **Projeto Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1986. P. 111.

27. Movimento Revolucionário 26 de Março – MR 26

O MR-26 foi uma pequena organização de esquerda adepta do *projeto nacional revolucionário*. O grupo foi composto em 1965, no Rio Grande do Sul, por militantes inspirados no pensamento “brizolista”.

A origem do grupo está associada a um movimento armado que foi realizado sob a liderança do coronel Jefferson Cardim Osório, em março de 1965, na região de Três Passos e Tenente Portela. A ação foi reprimida em poucos dias, contudo fez com que os militantes que não foram presos na ocasião fundassem o MR-26 em seguida. A organização chegou a realizar algumas ações armadas em Porto Alegre até 1969, quando algumas prisões levaram ao seu desmantelamento.

Fonte:

Arquidiocese de São Paulo. *Repressão Contra Tudo e Contra Todos: as organizações vinculadas ao “Nacionalismo Revolucionário”*. **Projeto Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1986. P. 111.

28. Movimento Revolucionário Marxista – MRM (OP-COR)

O MRM foi uma das pequenas organizações de esquerda formadas a partir das dissidências do Ala Vermelha do PCdoB (ALA) na década de 1970.

A maior parte dos militantes do MRM era formada por universitários e jovens que fugiam da repressão em Minas Gerais. Sua proposta de atuação era voltada para a aproximação com os operários e mais destinada ao trabalho de massas e de propaganda. Seus debates eram publicados no *Jornal de Debates* que teve apenas três números.

Inicialmente, até que o movimento ganhasse sua autonomia, as suas ações eram realizadas com o apoio do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e com a Resistência Democrática (REDE).

O MRM teve pouco tempo de existência já que, ainda na década de 1970, decidiu alterar seu nome para Organização Partidária-Classe Operária (OP-COR) e, em menos de um ano depois, teve seus integrantes presos pelo DOI-CODI paulista.

(Ver **ALA**)

Fontes:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

Arquidiocese de São Paulo. *Repressão Contra Tudo e Contra Todos: Partido Comunista do Brasil (PC do B)*. **Projeto Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1986. P. 99.

Claudinei Cássio de Rezende (2010). **Suicídio revolucionário**. A luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas 1 ed. Unesp. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/rezende_cc_me_mar.pdf

29. Movimento Revolucionário Tiradentes – MRT

O Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) foi uma organização clandestina de esquerda formada em setembro de 1969, em campos de Jordão. Inspirado num grupo fundado por Francisco Julião na década de 1960, que era voltado para o trabalho de base no campo e a implantação de guerrilhas rurais, o MRT surgiu a partir da fusão de integrantes do Grupo Especial Nacional Revolucionário (GENR) e do “Grupo do Omar”. O GENR era uma dissidência da Ala Vermelha dirigida por Devanir José de Carvalho, enquanto o outro grupo era formado por pessoas articuladas a Plínio Peterson de Oliveira.

Além de ter feito duas edições do jornal *Voz Guerrilheira* para divulgar suas ideias, o MRT atuou em diversas ações armadas. O grupo realizou muitas ações quando integrou a *Frente Armada Revolucionária* que era uma aliança entre MRT, ALN, VPR e outras pequenas organizações de esquerda. Juntos, esses grupos realizaram diversas ações conjuntas, entre elas o sequestro do cônsul japonês, Nobuo Okuchi, na década de 1970. No decorrer da sua existência, o MRT teve várias lideranças, entre elas estiveram Joaquim Alencar de Seixas e Devanir José de Carvalho. Conhecido pelo codinome “Henrique”, Devanir José de Carvalho foi capturado pelos órgãos de repressão no dia 05 de abril de 1971, ocasionando, posteriormente a sua morte.

(Ver **ALN** e **VPR**)

Fontes:

Arquidiocese de São Paulo. Repressão Contra Tudo e Contra Todos: Partido Comunista do Brasil (PC do B). **Projeto Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1986. P. 99.

Claudinei Cássio de Rezende (2010). **Suicídio Revolucionário**. A luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas 1 ed. Unesp. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/rezende_cc_me_mar.pdf

CRUZ, Elaine Patrícia. Comissão da Verdade quer ouvir Fiesp e consulado americano sobre possível ligação com a repressão. **EBC**. 18/02/2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/02/comissao-da-verdade-quer-ouvir-fiesp-e-do-consulado-americano-sobre-possivel>

PALMAR, Aluizio. Documentos do Movimento Revolucionário Tiradentes – MRT – apreendidos pela repressão. **Documentos Revelados**. Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/o-site/>

30. Política Operária – POLOP

A POLOP foi uma grande organização de esquerda que teve bases em diferentes pontos do país, entre eles São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O grupo foi formado em 1961 com o objetivo de contestar a hegemonia político-ideológica do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Era formado, principalmente, por intelectuais e estudantes.

Boa parte dos seus integrantes era oriunda da Liga Socialista, por isso eram fortemente influenciados pelas análises de Rosa Luxemburgo. Entre os intelectuais que compuseram a POLOP estavam Ernesto Martins (dirigente) e os sociólogos Rui Mauro Marini e Teotônio dos Santos.

Como foi um dos primeiros grupos a realizar uma crítica ao PCB que não fosse orientada pela vertente trotskista, as análises críticas da POLOP sobre o desenvolvimento

brasileiro e as condições de se executar a revolução socialista no país ganharam destaque entre muitas organizações de esquerda. A proposta do grupo era de criar condições para que se estruturasse um partido revolucionário da classe operária. Na época o grupo produziu alguns materiais para expressar as suas críticas e formulações teóricas, entre eles: o *Programa Socialista para o Brasil*; o *Aonde vamos?*, ambos assinados por Ernesto Martins; e a revista *Política Operária*.

No decorrer da sua existência, a POLOP sofreu várias rupturas que originaram diversos grupos. Entre as primeiras dissidências da POLOP estão o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e o Comando de Libertação Nacional (Colina). Essas cisões fizeram com que a POLOP perdesse cerca da metade de seus integrantes. A organização passou, então, a se articular a dissidentes secundaristas do PCB do Rio de Janeiro e dos dissidentes leninistas do PCB do Rio Grande do Sul para formar a Frente de Esquerda Revolucionária (FER). Contudo o projeto fracassou com a saída da dissidência secundarista do Rio, fazendo com que a POLOP e a dissidência leninista formassem, em 1968, o Partido Operário Comunista (POC).

A POLOP veio, contudo, a ressurgir na década de 1970 como fruto de uma cisão no POC. Contudo o grupo de desmembro definitivamente logo em seguida, em virtude de uma série de divergências entre os seus integrantes.

(Ver **MNR, Colina e FER**)

Fonte:

Arquidiocese de São Paulo. Repressão Contra Tudo e Contra Todos: Polop e os grupos que dela nasceram. **Projeto Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1986. P. 102-109.

Claudinei Cássio de Rezende (2010). **Suicídio Revolucionário**. A luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas 1 ed. Unesp. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/rezende_cc_me_mar.pdf

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

31. Resistência Democrática - REDE

A REDE foi uma pequena organização de esquerda criada em 1969 e extinta um ano depois. Fundada pelo militante Eduardo Leite, conhecido como *Bacuri*, também era conhecida como *Resistência Nacionalista Democrática e Popular*.

Apesar do pouco tempo de existência a REDE integrou a *Frente Armada Revolucionária* - junto à ALN, à VPR e ao MRT - com a qual realizou diversas ações armadas em São Paulo. Em 1970, o fundador da organização, *Bacuri*, passou a integrar a ALN e, em agosto do mesmo ano, foi preso pelos órgãos do CENIMAR, torturado e, posteriormente, executado a fim de evitar que ele integrasse a lista de militantes trocados no sequestro do embaixador da Suíça.

Fonte:

Arquidiocese de São Paulo. Repressão Contra Tudo e Contra Todos: Polop e os grupos que dela nasceram. **Projeto Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1986. P. 104

32. Resistência Armada Nacional – RAN

O RAN foi uma pequena organização de esquerda formada em 1969. Ela era composta em boa parte por militantes associados à Guerrilha do Caparaó que haviam sido soltos da prisão. O grupo era tributário do *projeto nacional revolucionário*, que era uma corrente nacionalista de esquerda não tributária do marxismo. No Brasil, essa corrente teria se fundido a ideais brizolistas que orientaram diversas organizações de esquerda, como o MR-26, o MR-21, o MAR e o FLN.

Inicialmente, os integrantes do RAN batizaram a organização de Movimento Independência ou Morte (MIM), só vindo a adotar depois o nome de Resistência Armada Nacional.

O RAN foi desmantelado no Rio de Janeiro e em Minas Gérias em 1973 pelos órgãos da repressão. O grupo ainda estava se estruturando quando ocorreram as prisões e, por isso, ainda não tinha realizado nenhuma ação armada.

Apesar do caráter embrionário do grupo, a repressão não deixou de ser violenta sobre ele, ocasionando na morte do ex-sargento José Mendes de Sá Roriz sob tortura.

Fonte:

Arquidiocese de São Paulo. Repressão Contra Tudo e Contra Todos: as organizações vinculadas ao “Nacionalismo Revolucionário”. **Projeto Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1986. P. 111

33. União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES

O primeiro órgão brasileiro de representação dos estudantes secundaristas em nível nacional foi fundado durante a Campanha do Petróleo é Nosso, em 1948, no governo de Eurico Gaspar Dutra. Chamada inicialmente de União Nacional dos Estudantes Secundaristas (UNES), um ano depois, em 1949, a entidade teve seu nome alterado para União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

No decorrer da sua existência, a UBES esteve à frente de diversas campanhas dos estudantes secundaristas, que variaram desde a luta contra o aumento da tarifa da passagem de ônibus à defesa das Reformas de Base na década de 1960.

A visibilidade do grupo em relação às reformas sociais fez com que ele, junto à UNE, fosse um dos primeiros alvos da repressão. Dessa forma, em novembro de 1964, a UBES foi colocada na ilegalidade, assim como os grêmios estudantis e as demais entidades de representação estudantil que existiam até então. Apesar disso o UBES continuou atuando na ilegalidade e esteve envolvida em diversos atos de resistência à ditadura organizados pelo movimento estudantil.

Contudo, a entidade se enfraqueceu no final da década de 1960 em virtude de conflitos internos e da promulgação do AI-5 que aumentou a perseguição sobre o grupo. Nesse período a repressão tinha impacto de tal forma o movimento estudantil que os dirigentes do movimento secundaristas tiveram que entrar para a ilegalidade. Muitos deles optaram pela luta armada, pelo exílio ou foram presos e/ou mortos.

Apesar desse período de desmobilização, no final da década de 1970 o movimento secundarista ganhou força, exercendo papel de destaque na campanha pelo retorno das liberdades democráticas, na Campanha pela Anistia e na luta pela reconstrução da UNE. É nesse mesmo ano que também se inicia o movimento pela refundação a UBES que, em 1981, consegue, enfim, se reestruturar e eleger um presidente para a entidade, que foi, então, representada por Sergio Amadeu.

(Ver **UNE** e **UEE**)

Fontes:

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. **História UBES: 40 milhões de estudantes, ideias e sonhos**. Disponível em: <http://ubes.org.br/memoria/historia/>

ARAUJO, Maria Paula. **Memórias Estudantis**. 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

34. UEE

As Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs) são órgãos estaduais de representação estudantil submetidos à UNE que existem até hoje. Os UEEs foram estabelecidos aos poucos em cada estado desde a fundação da UNE em 1937. Elas são constituídas pelos diretórios centrais das universidades de todo o país. Foram, portanto, criadas para coordenar as entidades de cada estado e facilitar que esses grupos tivessem representatividade na organização nacional. Apesar do caráter centralizador da UNE, as UEEs eram independentes e podiam recusar-se a seguir a linha política adotada por ela. No decorrer da ditadura as UEEs, assim como os diretórios acadêmicos, tiveram papel fundamental para organizar o movimento estudantil em nível estadual; a divulgar e decidir as diretrizes da UNE; e a organizar atos regionais. Contudo, elas também foram um grande alvo da repressão. Em 9 de novembro de 1964, com a aprovação da Lei Suplicy de Lacerda, as UEEs foram extintas e substituídas pelos diretórios estaduais de estudantes que, por sua vez, estavam submetidos ao MEC. As UEEs só seriam reestruturadas de fato na década de 1970 quando a UNE deixou de ser uma entidade clandestina e começou a ser reconstruída.

(Ver **UNE** e **UBES**)

Fonte:

ARAUJO, Maria Paula. **Memórias Estudantis**. 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

Arquidiocese de São Paulo. **Repressão Contra Tudo e Contra Todos: Estudantes. Projeto Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1986. P. 131-137.

35. UNE

A União Nacional dos Estudantes (UNE) é um órgão de representação discente que teria a função de unir todos os estudantes do território nacional em prol dos seus interesses. Apesar de ter sido fundada extra-oficialmente no Rio de Janeiro em 11 de agosto de 1937, por iniciativa da Casa do Estudante do Brasil, a data formal da sua fundação é

marcada pelo ano em que foi aprovado o seu estatuto e eleita a primeira diretoria oficial do grupo, em dezembro de 1938, durante o II Congresso Nacional dos Estudantes.

Como visava congregar as organizações estudantis do país a fim de realizar ações unificadas e de amplitude nacional, a UNE foi uma grande representante do movimento estudantil e concentrou muitas lideranças de esquerda, por isso foi um dos primeiros alvos dos grupos favoráveis ao golpe militar de 1964.

No dia 1º de abril de 1964, a sede da UNE no Rio de Janeiro foi incendiada por manifestantes que marchavam em prol do golpe militar, fazendo com que seus dirigentes fugissem e fossem exilados. Meses depois, no dia 9 de novembro, a promulgação da Lei Suplicy de Lacerda colocou a UNE na ilegalidade, substituindo-a pelo Diretório Nacional de Estudantes e fazendo com que as organizações estudantis ficassem submetidas ao MEC.

Apesar de estar na ilegalidade, a UNE permaneceu existindo na clandestinidade e executou um papel relevante na mobilização do movimento estudantil contra a ditadura militar. Nesse período foram realizados diversos congressos estudantis e manifestações do grupo que sofriam forte repressão e perseguição dos órgãos de repressão. Um momento importante da trajetória desse grupo foi o dia 28 de março de 1968, quando a polícia do Rio de Janeiro matou o estudante secundarista Edson Luís Lima Souto durante uma manifestação. O caso teve grande repercussão, tendo ocorrido uma série de passeatas organizadas pela UNE no país inteiro. Logo em seguida a instituição também participou da organização de uma das principais manifestações no período, a Passeata dos Cem Mil, que devido à sua amplitude paralisou o Rio de Janeiro em 26 de junho de 1968.

Apesar disso, 1968 foi um ano de muita repressão sobre a UNE que teve vários dos seus dirigentes presos no Congresso de Ibiúna, em São Paulo. Entre os militantes presos na ocasião estavam: Luís Travassos, Vladimir Palmeira, José Dirceu, Franklin Martins e Jean Marc van der Weid Ibiúna. Com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), as possibilidades de ação da UNE ficaram muito restritas, e apesar de terem nomeado dois presidentes substitutos (Jean Marc van der Weid, preso em 1969, e, posteriormente, Honestino Guimarães, desaparecido em 1973), a atuação do grupo acabou sendo inviabilizada pela repressão até 1979, quando uma Comissão Pró-UNE conseguiu executar o plano de reconstrução da entidade. Contudo, somente em 1985 ocorreu a primeira campanha em prol da legalização da UNE que, desde então, passou a funcionar oficialmente.

(Ver **UEE** e **UBES**)

Fonte:

<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo>

ARAUJO, Maria Paula. **Memórias Estudantis**. 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

Arquidiocese de São Paulo. **Repressão Contra Tudo e Contra Todos: Estudantes. Projeto Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1986. P. 131-137.

A VAR-Palmares foi uma organização político-militar de esquerda formada em 1969 a partir da fusão entre o Comando da Libertação Nacional (Colina), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e outros grupos revolucionários do Sul e da Bahia.

Participou de diversas ações armadas no período ditatorial, sendo particularmente conhecida pelo roubo de um cofre de Ana Capriglione que rendeu 2.500.000 de dólares à organização. Esse foi o assalto que trouxe mais recursos para as organizações de esquerda no período. A ação se fundamentou no argumento de que esse dinheiro seria fruto de atividades corruptas empreendidas por Ademar de Barros, ex-governador de São Paulo.

A VAR sofreu diversos conflitos interno em virtude de divergências sobre a estratégia militar a ser adotada pela organização. Isso fez com que muitos dos seus integrantes se retirassem e refundassem a VPR, assim como fez com que alguns militantes se unissem e fundassem a Dissidência VAR-Palmares (DVP).

Enfraquecida pela perda desses quadros, em 1971 a VAR-Palmares se encontrava com os principais dirigentes da organização presos ou mortos pela polícia. Essas perdas iniciaram o processo de dissolução do grupo.

(Ver **Colina**, **VPR** e **DVP**)

Fonte:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

Arquidiocese de São Paulo. Repressão Contra Tudo e Contra Todos: Estudantes. **Projeto Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1986. P. 102-107.

37. Vanguarda Popular Revolucionária – VPR

Criada em 1968, a VPR foi uma grande organização de esquerda que surgiu a partir da união entre uma ala paulista de militantes do Comando de Libertação Nacional (COLINA) e do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). A maior parte dos seus integrantes era composta por estudantes e ex-militares oriundos da greve dos metalúrgicos de Osasco e da Guerrilha do Caparaó. A organização teve como principal liderança o capitão Carlos Lamarca que permaneceu nela até 1971, quando passou a integrar o MR-8.

A VPR foi marcada por muitos conflitos internos que consistiam principalmente em discordâncias a respeito do principal método de luta que o grupo deveria adotar. Enquanto o setor de ex-militares defendia a luta armada como a principal forma de ação da organização, os intelectuais do grupo eram a favor de um trabalho de conscientização de massas. Esses conflitos geraram cisões internas que fizeram com que os integrantes que permaneceram na VPR se unissem a integrantes do Comando de Libertação Nacional (Colina), fundando, em 1969, a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares).

Nesse período a VPR deixou de existir por alguns meses, mas, logo em seguida, alguns integrantes decidiram sair da VAR-Palmares e refundar o grupo. Isso iniciou uma fase de grandes ações armadas realizadas pela organização, tendo como destaque o sequestro do embaixador alemão que o grupo realizou em conjunto com a Ação Libertadora Nacional (ALN), em junho de 1970.

Apesar das grandes ações armadas, a década de 1970 também foi um período de grandes perdas para a organização. Boa parte delas está associada à ação de agentes policiais infiltrados na organização, como foi o caso de José Anselmo dos Santos, conhecido como *Cabo Anselmo*. O *cabo Anselmo* passou a integrar o grupo em 1970, e foi responsável por compartilhar informações com os órgãos de repressão que levaram à prisão de mais de 20 militantes da VPR.

As últimas baixas sofridas pela organização ocorreram em Recife, sobre um grupo que tentava reestruturar a organização na região. O *cabo Anselmo* era o responsável por comandar essa equipe e foi o único sobrevivente dela. Com boa parte dos seus integrantes executados pelos órgãos da repressão, a VPR foi completamente desmantelada em 1973.

(Ver **Colina, MNR, Var-Palmares, ALN**)

Fontes:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

Arquidiocese de São Paulo. Repressão Contra Tudo e Contra Todos: Estudantes. Projeto Brasil Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1986. P. 102-107.

Pesquisa realizada por Glenda Gathe Alves, historiadora, professora e mestre em História pela UFRJ e Rachel Wider, historiadora, ambas pesquisadoras colaboradoras da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis.